



RESOLUÇÃO Nº 03/2000

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições, por maioria dos seus membros presentes à Sessão Plenária do dia 2 de fevereiro de 2000,

R E S O L V E:

Art. 1º - O Capítulo IV do Título II do Regimento Interno do Tribunal de Justiça passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO IV DAS SESSÕES

“Art. 268 - O Plenário reunir-se-á na primeira quarta-feira do mês de fevereiro em sessão solene, para instalação dos serviços forenses, sem prejuízo do funcionamento antecipado das sessões de julgamento das Câmaras Isoladas e Reunidas”.

Parágrafo único - Após a realização da sessão solene de que trata o caput deste artigo, realizar-se-á a sessão jurisdicional.

Art. 269 - O Plenário, em suas atividades jurisdicionais e administrativas, reunir-se-á, ordinariamente, às quartas-feiras, com início às 9:00h (nove horas), ou em caráter extraordinário, a qualquer dia ou horário, mediante convocação do Presidente ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º - As sessões plenárias não se estenderão além das 18:00h (dezoito horas), salvo se para continuidade de julgamento iniciado antes desse horário.

§ 2º - As sessões de julgamento, em regra, serão públicas.

§ 3º - Em caráter reservado serão realizadas as sessões:

I - de julgamento de exceção de suspeição e impedimento de desembargador;

II - de julgamento de processos em que assim o exigir o interesse público ou a defesa da intimidade (art. 155 do CPC);



III - de julgamento de cuja publicidade possa resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem (art. 792, § 1º do CPP);

IV - de julgamento de processos criminais de competência originária (Lei nº 8.658, de 26.5.93).

§ 4º - Nos casos dos incisos II, III e IV do parágrafo anterior, a sessão só poderá ser presenciada pelo representante do Ministério Público, pelos litigantes e seus procuradores, pelas pessoas judicialmente convocadas, além dos funcionários em serviço.

§ 5º - Na hipótese do inciso I do § 3º, só permanecerão no recinto os desembargadores e o secretário da sessão.

§ 6º - A aferição da necessidade da sessão reservada é da competência do Plenário, por iniciativa de qualquer desembargador ou a requerimento das partes ou do Ministério Público.

Art. 270 - As sessões plenárias administrativas serão realizadas após a sessão jurisdicional e são de caráter reservado, nelas só permanecendo os desembargadores e os funcionários em serviço, estes, por decisão do Presidente.

§ 1º - O Ministério Público só participará da sessão administrativa quando convocado pela Presidência do Tribunal.

§ 2º - O desembargador poderá requerer a retirada dos funcionários em serviço da sessão administrativa.

Art. 271 - As Câmaras Reunidas Cíveis e Criminais reunir-se-ão quinzenalmente, sendo:

I - as Cíveis, na 1ª (primeira) e 3ª (terceira) sextas-feiras de cada mês;

II - as Criminais, na 2ª (segunda) e 4ª (quarta) sextas-feiras.

Parágrafo único - As sessões das Câmaras Reunidas se iniciarão às 9:00h (nove horas), devendo este horário constar da pauta de julgamentos.

Art. 272 - As Câmaras Isoladas reunir-se-ão semanalmente, com início às 9:00h. (nove horas), sendo:



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- I - 1ª Câmara Criminal, às terças-feiras;
- II - 2ª Câmara Criminal, às quintas-feiras;
- III - 1ª Câmara Cível, às segundas-feiras;
- IV - 2ª Câmara Cível, às terças-feiras;
- V - 3ª Câmara Cível, às quintas-feiras;
- VI - 4ª Câmara Cível, às segundas-feiras;
- VII - Câmara Especial de Férias, às quartas-feiras.

Art. 273 - As sessões de julgamento das Câmaras Reunidas e Isoladas serão públicas, salvo nos casos previstos nos incisos II, III e IV do § 3º do art. 269.

Art. 274 - Não haverá sessão do Tribunal durante a Semana Santa, as festas juninas, compreendido, neste último caso, o período de 20 a 30 de junho, no dia 8 de dezembro, consagrado à Justiça, e no período de influência das festas natalinas, de 20 a 31 de dezembro.

Art. “275 - A transmissão radiofônica ou televisionada e a filmagem das sessões, bem como a gravação ou registro taquigráfico dos debates por pessoas estranhas ao Tribunal só poderão ser feitas com o consentimento do presidente da sessão.”.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 003/98, os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Resolução nº 010/98, e a primeira parte do art. 1º da Resolução nº 005/99.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLOVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 2 de fevereiro de 2000.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
PRESIDENTE

Publicada no Diário de Justiça. de 04.02.2000, p.43